

ESTUDO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI

STUDY OF BRAZILIAN AGRICULTURE INTERNATIONALIZATION BETWEEN THE XX AND XXI CENTURIES

Tiago Dalla Corte*

Resumo: O presente estudo aplica os aportes teórico-conceituais da história regional para discutir o processo de internacionalização da agricultura brasileira entre os séculos XX e XXI. Para tanto, investiga os fatores determinantes para o processo de internacionalização da agricultura brasileira face ao período de transição de conjunturas ocorrido na década de 1990. É através da relevância do movimento de internacionalização da agricultura, a partir do qual o setor passou a se caracterizar como um dos mais dinâmicos da economia brasileira, que se justifica o estudo. Em sua análise, levantam-se alguns questionamentos sobre o ambiente econômico brasileiro e o impacto das suas reformas sobre o setor, bem como sobre a influência da aceleração do processo de globalização em relação ao processo de internacionalização. Procura-se, assim, identificar o elemento fundamental para a consolidação do referido processo, apresentando-se a elevação dos preços internacionais e, conseqüentemente, dos preços finais ao produtor como o fator determinante para a internacionalização da agricultura brasileira. Dessa forma, através do método de abordagem indutivo, busca-se investigar a internacionalização da agricultura brasileira na transição do século XX para o XXI.

Palavras-chave: Agricultura brasileira; Internacionalização; Séculos XX e XXI.

Abstract: This study apply the theoretical and conceptual contributions of regional history to discuss the internationalization process of Brazilian agriculture between the XX and XXI centuries. To this end, investigates the determinants of the internationalization process of Brazilian agriculture face the transition period that occurred in the 1990's. It is through the relevance of agriculture internationalization movement, from which the sector has be characterized as one of the most dynamic of the Brazilian economy, that justifies the study. In this analysis, some questions arise about the Brazilian economic environment and the impact of the reforms on the sector and, also, about the influence of the acceleration of the globalization process in relation to the internationalization process. Thus, seeks to identify the key element for the consolidation of that process, presenting the increase in international prices and, consequently, to the final producer price as the determining factor for the internationalization of Brazilian agriculture. That way, through the inductive approach method, the objective is to investigate the internationalization of Brazilian agriculture in the transition from the XX to the XXI centuries.

Keywords: Brazilian agriculture; Internationalization; XX and XXI centuries.

* Mestre em História e Doutorando do PPGH/UPF. Possui MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Economista. Docente da Faculdade de Economia, Ciências Contábeis e Administração da Universidade de Passo Fundo (FEAC/UPF); E-mail: dallacorte@upf.br.

Introdução

No início da década de 2010, os resultados e a dimensão alcançada pela agricultura apontavam-na como um dos setores mais dinâmico da economia brasileira. Ainda, o momento pelo qual passava a agricultura brasileira recebia especial contraste com a série de estudos sobre a demanda de alimentos conduzida por vários órgãos internacionais. Dentre estes estudos, destacam-se os elaborados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que anualmente faz um estudo minucioso da situação da segurança alimentar no mundo. Criada em 16 de outubro de 1945, a FAO atua como um fórum neutro, no qual todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, reúnem-se em igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Atualmente, a FAO tem 191 países membros, mais a Comunidade Europeia. A rede mundial compreende cinco oficinas regionais e 78 escritórios nacionais. A Organização é líder nos esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar. Desde sua fundação, a FAO tem dado atenção especial ao desenvolvimento das áreas rurais, onde vivem 70% das populações de baixa renda e que ainda passam fome (FAO, 2012).

Em seus estudos, a FAO apresenta-se como fonte de conhecimento e informação, ajudando os países a aperfeiçoar e modernizar suas atividades agrícolas, florestais e pesqueiras para assegurar uma boa nutrição a todos e o desenvolvimento agrícola e rural sustentável. No que se refere ao Brasil, uma série de estudos discutem como a agricultura brasileira tornou-se protagonista mundial e colocam o país como uma das alternativas para a resposta das seguintes perguntas: "*O que fazer por um planeta faminto? Quem vai alimentá-lo?*". Em uma análise descritiva sobre o conteúdo deles, verifica-se que se tratam de demonstrativos que contêm o resultado dos estudos conduzidos pela FAO ao longo dos anos 2000 (FAO, 2012).

De acordo com as estimativas e os dados coletados e discutidos ao longo dos relatórios da FAO, foi possível verificar que, em 2000, o Brasil ocupava o 6º lugar no *ranking* mundial de exportadores agrícolas. Já, em 2010, o Brasil alcançou a terceira posição no *ranking* mundial de exportadores agrícolas, ultrapassando Austrália, China e Canadá, ficando atrás, apenas, dos Estados Unidos e da União Europeia. Conforme os dados observados, no começo da década de 2010, o Brasil já ocupava a primeira posição de exportação de produtos como:

café, suco de laranja, açúcar e carne bovina. Ocupava, ainda, a segunda posição na exportação de importantes culturas como soja e milho. Nesse sentido, o agronegócio foi o setor com maior contribuição para o crescimento da economia brasileira nos últimos anos, representando, em 2012, aproximadamente 22% do PIB brasileiro. Os estudos conduzidos destacam, também, que o resultado alcançado pela agricultura brasileira no período foi obtido com a manutenção de 69,4% da vegetação nativa brasileira, contra, apenas, 0,3% da manutenção da vegetação nativa europeia (FAO, 2012).

Perante essa reflexão e confrontação de informações é que sobressai a pergunta que passa a ser investigada pelo presente estudo: Quais foram/são os fatores determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira? De acordo com o embasamento teórico que será apresentado, a resposta para essa questão é fundamental para que se compreenda os pontos de ruptura em sua conjuntura a partir dos quais a produção agrícola brasileira começou a ganhar destaque em relação à produção mundial, assumindo, assim, notoriedade.

É diante da relevância do movimento de internacionalização da agricultura, a partir do qual o setor passou a se caracterizar como um dos mais dinâmicos da economia brasileira, que se justifica o presente estudo. Assim, tem-se como objetivo geral elaborar uma reflexão sobre o processo de internacionalização da agricultura brasileira. Para tanto, através do método de abordagem indutivo e do aporte teórico da História Regional (a qual permite a confrontação de fontes e a comparação entre o regional e o global), procurou-se identificar e classificar os fatores determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira. Realizada essa análise, busca-se especificar, entre eles, o elemento que foi fundamental para a consolidação do processo de internacionalização da agricultura brasileira.

Convém mencionar que o estudo realizado perpassou pela análise de diversas temáticas, em início, pela abordagem da conjuntura da agricultura brasileira no pós-guerra e a interiorização do Brasil, em sequência, pelo estudo da transição de conjunturas, seguido pelo estudo da ocidentalização da dieta alimentar e, por fim, pela relação da parte com o todo. Ressalta-se que os enfoques apresentados foram considerados como condicionantes, ainda que não diretos, para a exploração do objetivo geral deste trabalho que é determinar os fatores fundamentais para a internacionalização da agricultura brasileira no final do século XX.

Dentro desse contexto, procurou-se desenvolver a discussão em torno do diálogo de fontes históricas previamente definidas, com destaque para a Revista de Política Agrícola, um periódico que emergiu no período de transição de conjunturas no começo da década de 1990.

O periódico discute temas relacionados a questões de política e agricultura, sendo a publicação de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, contando, na avaliação de seu conteúdo, com a colaboração de um corpo técnico atuante nas principais agências de pesquisa e companhias relacionadas ao tema no país como EMBRAPA, CONAB, MAPA, entre outros. É importante salientar que algumas Cartas de Política Agrícola foram assinadas pelos próprios ministros em exercício no período. As fontes históricas, de acordo com a metodologia, foram trabalhadas como não excludentes ou antinômicas, mas como complementares, realizando-se relação entre a parte (nacional) e o todo (internacional), tendo a soja como cultura de referência para os estudos.

A agricultura brasileira no pós-guerra e a transição de conjuntura econômica na agricultura entre 1990 e 1994

Foi no período do pós-guerra até a estruturação da nova ordem internacional (política, econômica e comercial), no final da década de 1980, que se presenciou o desenrolar de vários fatores que precisam ser mencionados para a reconstrução do processo de internacionalização da agricultura brasileira.ⁱ O primeiro fator relaciona-se à instauração de políticas que favoreceriam a internacionalização da agricultura brasileira, o qual ocorreu quando a inflação começou a fugir de controle e quando a capacidade de importação atingiu níveis críticos (após a empolgação desenvolvimentista do período 1955/60). A rigidez estrutural da oferta agrícola foi apontada como a principal causa da elevação dos preços e, ainda, a agricultura começou a surgir como um grande potencial para alavancar e diversificar as exportações brasileiras.

Nessa senda, a construção da oferta agrícola passou por um ambicioso programa de modernização. Ele teve início em 1965, com a Lei 4.829, de 5/11/65, que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e com o Decreto-Lei 57.391, de 7/12/65, que reformulou a Política de Garantia de Preços Mínimos, e continuou nos anos posteriores com a ampliação dos estímulos à pesquisa agropecuária, por meio da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o incentivo à extensão rural, por meio da criação da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) no início da década de setenta, e com a implementação de vários programas independentes, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), em cooperação com o governo do Japão, e de programas regionais como o POLOCENTRO.

Entre os pontos destacados acima, deve-se discutir a importância da criação da EMBRAPA. Com a manutenção dos recursos pelo governo federal, a EMBRAPA logo se tornou um dos mais importantes sistemas de pesquisas do mundo em desenvolvimento. A empresa apresentava elevados investimentos no treinamento de seus pesquisadores, por meio de graduação no exterior e, no seu retorno, garantindo-lhes o necessário apoio operacional. Como resultado dessa política, Schuh (1997, p. 18) relata que o sistema começou a gerar um fluxo contínuo de novas tecnologias para produção e, como consequência, observou-se uma elevação na produtividade que, como destacou o autor, foi muito importante durante a crise dos anos 1980.

Ainda, durante esse período, o governo investiu no desenvolvimento de programas de graduação em ciências agrárias. O objetivo estava centrado na capacitação de novos pesquisadores para o crescente mercado agrícola. Porém, é importante relatar que, com o agravamento da crise fiscal brasileira, na década de 1980, os responsáveis pela política reduziram o apoio aos programas de graduação e à EMBRAPA. Como consequência, ambos os sistemas passaram por um sério declínio, provocando a saída do Brasil de técnicos especializados, que foram em busca de empregos, tanto em organismos internacionais como na iniciativa privada.

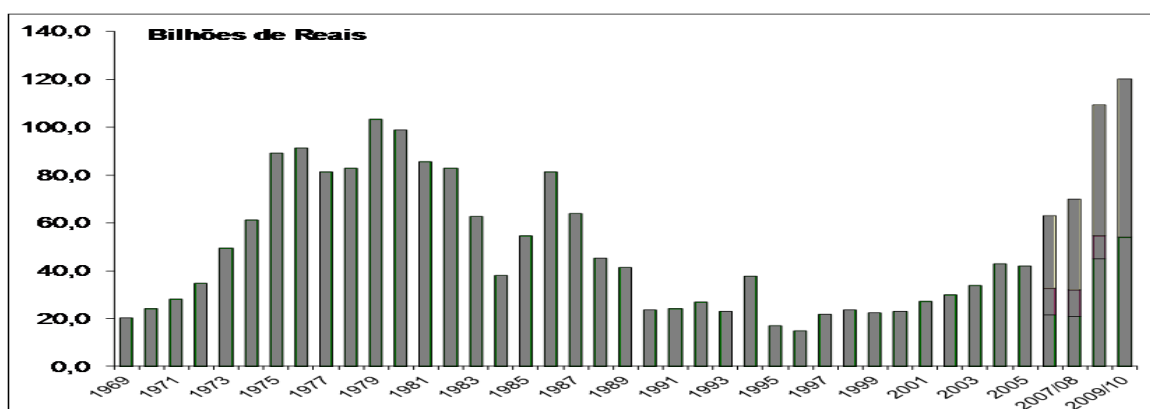
O segundo fator envolve a política brasileira de crédito agrícola. Tradicionalmente, a resposta dos encarregados da política para as crises na agricultura era a de fornecer crédito subsidiado para o setor. Barros (1991) afirma que, desse modo, o setor agrícola tratou de se beneficiar dessa política ao longo dos anos, aumentando a utilização do crédito subsidiado na década de 1970 e levando ao extremo essa política durante a crise dos anos 1980. Os relatos demonstram que as taxas de juros reais para o crédito agrícola chegaram a se situar entre 40% e 50% negativos. O volume de crédito agrícola era tão elevado que contribuiu para a eventual perda de controle da política monetária por parte do governo.

Assim, pode-se verificar na Figura 01, sobre o volume de crédito agrícola brasileiro, que o período de 1975 e 1982 apresentava-o com a maior sequência de duração (oito anos). Ainda, nessa época, o volume anual disponibilizado de crédito agrícola encontrava-se acima de 80 bilhões de reais (ano base 2010).

Segundo Schuh (1997, p. 19), esse crédito subsidiado compensou alguns dos recursos que foram subtraídos do setor pelas políticas comercial e cambial. Porém, a distribuição dos benefícios delas era bem diferente da política de distribuição dos impostos. Os relatos

demonstram que esse crédito subsidiado aumentou o valor da terra. Ainda, os grandes proprietários consagravam-se como os agraciados pela elevação dos volumes de crédito agrícola – em contrapartida dos pequenos proprietários. Além de exacerbar a distribuição muito distorcida da renda do setor, essa política também deu condições para que os grandes agricultores comprassem as terras de produtores menores. Dessa forma, esse movimento culminou na migração dos pequenos produtores para o mercado urbano de trabalho.

Figura 01: Volume de crédito agrícola brasileiro entre 1969 e 2010.



Fonte: Banco Central do Brasil e Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária.

Coelho (2001, p. 03) afirma que, no Brasil, o crédito rural oficial compõe a espinha dorsal do sistema de financiamento à agricultura. Já, os instrumentos de apoio à comercialização e de transferência de risco dependem pesadamente do apoio do Estado. Nesse sentido, pode-se afirmar que o volume de crédito agrícola, com destaque para os elevados volumes da década de 1970, foi o principal mecanismo de incentivo da abertura de novas áreas e para a elevação da produção.

O terceiro fator relevante refere-se às consequências da crise econômica da década de 1980. Ela teve efeitos salutar sobre a política econômica, já que teve que ser mais justa com a agricultura. Nesse período, a dívida externa precisou ser respeitada e houve a necessidade de atração de capital externo para a economia. Assim, como consequência, a proteção teve que ser reduzida, a taxa cambial ajustada, os impostos sobre a exportação reduzidos e as exportações estimuladas. A maior parte dessas reformas políticas beneficiou a agricultura (COELHO, 1992).

Com base na fonte da Revista de Política Agrícola e nos relatos dos autores discutidos sobre a caracterização da conjuntura da agricultura brasileira no pós-guerra e na interiorização

do Brasil, é possível evidenciar que o grande agente por trás de toda essa evolução ocorrida é o próprio governo brasileiro. As grandes contribuições dele estão na disponibilização de recursos para produção via crédito agrícola subsidiado e no fomento à pesquisa. Essa expansão via governo está dentro de uma conjuntura econômica para a agricultura diferente da que se observa a partir da internacionalização, na qual um dos grandes fatores característicos é a redução do papel do Estado na agricultura.

Os anos de 1990 começaram com novas perspectivas que foram estruturas pensando no melhor desempenho da agricultura no médio prazo. O período ficou marcado no Brasil pela abertura ao comércio. Ainda, foi possível evidenciar que essas mudanças exigiram um grande esforço da agricultura brasileira no sentido de absorver novas tecnologias e na busca de mecanismos de mercados nos quais o aspecto central deveria ser a liberdade comercial e de preços (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

Assim, o início da década de 1990 marcou de forma auspiciosa os campos legal e institucional da agricultura brasileira. Nesse período, começou a ser concebida e implantada uma nova política agrícola com o objetivo de praticar um novo padrão de crescimento no setor. Este enfoque inédito assumiu importância maior no cenário da agricultura brasileira no momento em que mecanismos oficiais de subsídios ao setor estavam exauridos. A ação do Estado voltou-se, então, para o estabelecimento de um entorno macroeconômico e legal propício às atividades agropecuárias e ao fornecimento de serviços cujas externalidades eram elevadas, como obras de infraestrutura física e a oferta tecnológica. Logo, esse padrão baseava-se, fundamentalmente, em mais estímulos de mercado e em menos ações diretas de governo. Logo, a política agrícola zelava para que o setor não fosse tratado discriminatoriamente pela política macroeconômica, defendendo os princípios de mercado e apoiando o setor em negociações e na abertura de mercados externos (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

A expectativa no começo dos anos 1990 era de que a modernização da comercialização agrícola, em conjunto com as necessárias reformas estruturais, garantiria à agricultura brasileira uma transição com o mínimo de trauma, de uma economia fechada para uma maior inserção no mercado mundial. É possível observar também que a volta do Brasil ao sistema financeiro internacional viabilizou novas fontes de investimentos produtivos para a agricultura e agroindústria. A partir de então, os objetivos da política governamental estariam direcionados para a consolidação do crescimento da agricultura, aumento da produtividade e

maior liberdade de mercado (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

O ano de 1991 pode ser definido como o marco inicial da nova conjuntura econômica para o setor. Esse período foi delimitado com base nas sanções do Presidente Fernando Collor às denominadas Leis Agrícolas. Essas leis estabeleciam as diretrizes básicas para a ação de Governo no setor. Os desafios enfrentados concentravam-se na estabilização da economia brasileira. O objetivo, assim, era criar um ambiente de estabilidade econômica que permitiria o planejamento das atividades de médio e de longo prazo que favoreceriam o desenvolvimento do setor (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

Nesse contexto, ressalta-se que o discurso do período é um movimento relacionado à mudança no papel do Estado no setor. Este deixaria de exercer uma função de protagonista no setor agrícola para desempenhar um papel de regulador, sendo responsável pela condução das políticas sociais. É sob essa perspectiva que se passa a buscar a abertura comercial e o acesso a novos mercados para a agricultura brasileira. Diante desse raciocínio, é possível refletir, então, que estava formatada e normatizada a nova conjuntura econômica que desenvolveria o potencial da agricultura brasileira e o conduziria rumo a sua internacionalização.

A internacionalização da agricultura brasileira: a relação da parte com o todo e o impacto da nova conjuntura

Conforme os artigos de política agrícola, até esse período, as várias tentativas para integrar a economia brasileira no comércio mundial ou mesmo em blocos regionais haviam falhado em virtude da pressão direta dos beneficiários do protecionismo aliados a grupos nacionalistas. Além disso, até então, ignorava-se o princípio econômico elementar de que para aumentar as exportações é necessário também aumentar as importações e que o importante para o Brasil era o incremento do comércio exterior e não apenas um de seus componentes. O viés anti-importador do modelo em prática neste período gerou a menor relação exportação/PIB entre as economias mais importantes do mundo à época, sendo o Brasil o único país cuja posição no *ranking* dos exportadores não refletia a posição do *ranking* das maiores economias (REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1992-2003).

Assim, as discussões dos artigos de política agrícola voltaram-se, novamente, para o crédito rural, sendo que o modelo implantado no Brasil, a partir de 1965, apresentou como

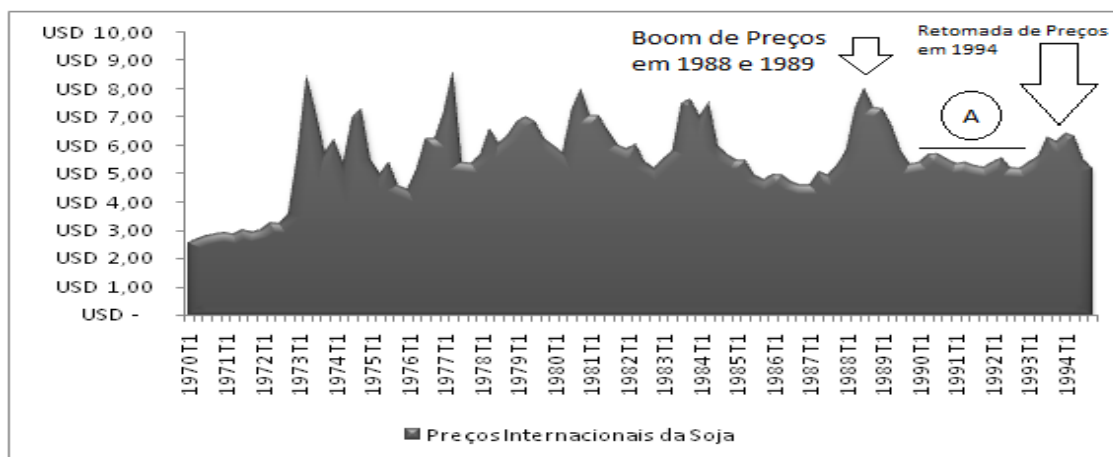
uma de suas principais características a convivência de situações de exagerado paternalismo e de exacerbado rigor. Com relação ao exagerado paternalismo, podem ser citadas as regras e as condições altamente favoráveis em termos de juros e de volume de recursos colocados à disposição dos produtores no decorrer das décadas de setenta e de oitenta e, ainda, alguns perdões de dívidas aprovados na esteira de alguns planos de estabilização postos em prática na segunda metade dos anos 1980 (REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA N.º 03, 2001, p. 43).

É importante destacar que o crédito rural patrocinado pelo Estado permanecia sendo mundialmente um forte instrumento de estímulo e de apoio à atividade agrícola como fonte de capital e como um fator de equilíbrio na definição dos custos do financiamento. Porém, existiram períodos nos quais a produção agrícola elevou-se de maneira considerável, sendo neles o crédito agrícola público restrito. Assim, é importante ressaltar a citação de Maia e Lima (2001, p. 836-838), na qual os autores afirmam que a ocorrência de safras recordes em 1987, 1988 e 1989 no Brasil – período no qual o crédito rural encontrava-se em patamares reduzidos – indicava que a agricultura brasileira estava relativamente imune à crise econômica da década de 1980.

A Figura 2, abaixo, demonstra que, entre 1987 e 1990, pode-se observar um pico nos preços internacionais da soja. Logo, coloca-se em evidência a importância do preço da soja em detrimento de um ambiente econômico instável e da baixa oferta de crédito público para o setor.

O ponto (A) destacado na Figura 2 refere-se ao período de recuo nos preços após o pico de preços ocorridos entre 1987 e 1990. O declínio de preços atinge as safras de 1990 até 1993. Logo, o declínio de preços internacionais da soja apresenta-se como um fator de relevância a ser considerado para a explicação do declínio das safras seguintes. Após o recorde de 71,48 milhões de toneladas colhidas em 88/89, deu-se uma brusca interrupção no crescimento, coincidindo com a redução dos preços internacionais da soja. A safra de 89/90 apresentou uma redução de 18,47% na produção total de grãos brasileira, com uma produção de 58,28 milhões de toneladas. A safra de 90/91 apresentou nova redução, de 0,65%, com uma produção de 57,89 milhões de toneladas.

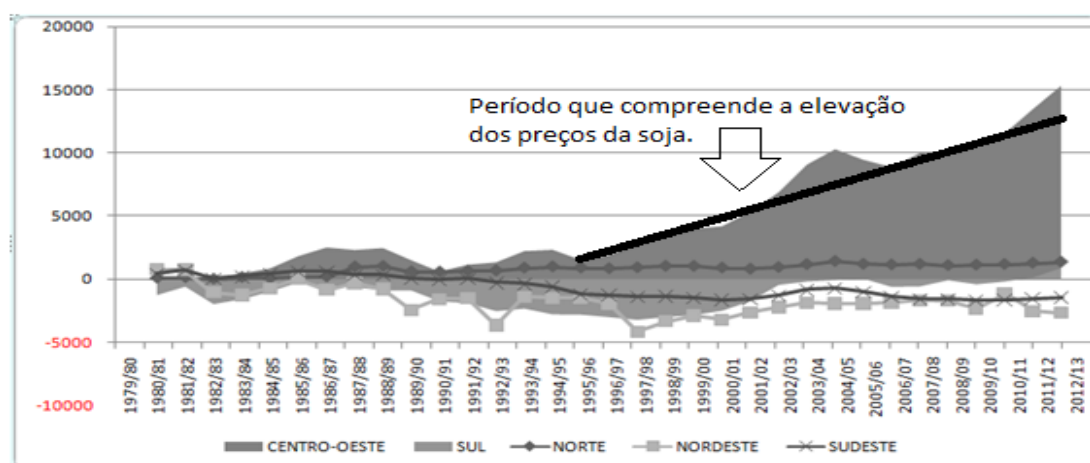
Figura 2: Comportamento dos preços internacionais da soja entre 1970 e 1994.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA.

Nesse sentido, a Figura 3 demonstra uma forte expansão da área cultivada no centro-oeste no período em que os preços da soja iniciaram sua trajetória de alta.

Figura 3: Ampliação da área cultivada por regiões.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA.

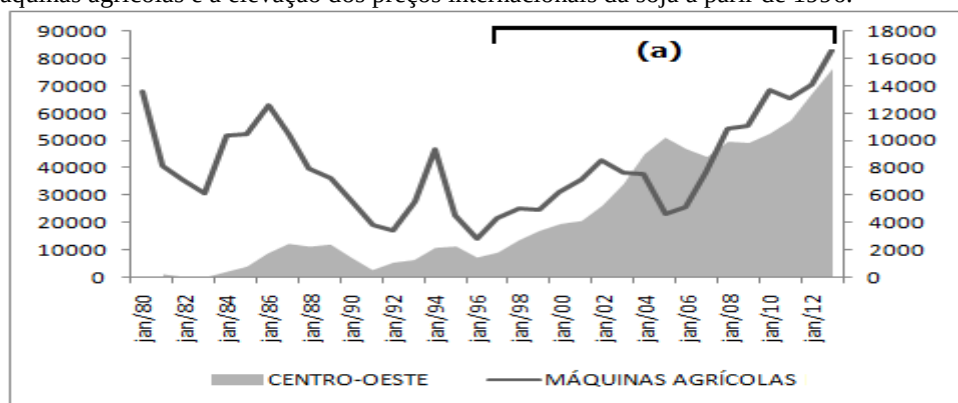
Logo, pode-se afirmar que as discussões da Revista de Política Agrícola, ou seja, os temas relacionados, observados e pensados como fundamentais para a expansão da agricultura brasileira, podem não ser os temas determinantes para o processo de internacionalização da agricultura brasileira. Fundamenta-se essa visão na falta de trabalhos sobre a relação dos preços agrícolas com a remuneração dos produtores, seus investimentos, a expansão de áreas e a elevação da produção. Todavia, não se pode reduzir a importância das discussões realizadas

pelos periódicos, mas sim, refletir sobre a hierarquia dos fatores e das relações determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira.

As evidências caminham no sentido de afirmar que foi no suporte oferecido pelos preços dos produtos agrícolas e, conseqüentemente, nos retornos atraentes aos produtores, que o posicionamento da atividade agrícola e as decisões positivas sobre os altos investimentos necessários para os plantios das safras estavam embasados. Assim, é possível verificar que, internamente, o Brasil apresentava um conjunto de fatores condicionantes importantes para a expansão da produção agrícola e do agronegócio, porém esses fatores por si só não se apresentavam como suficientes para a internacionalização. Logo, embora não se tenha encontrado evidências sobre um real planejamento visando alcançar um objetivo de internacionalização, a transição de conjunturas moldou o setor agrícola para a internacionalização.

A Figura 4 demonstra a relação entre a abertura de áreas para cultivo na região Centro-Oeste com as vendas de máquinas agrícolas após a elevação dos preços.

Figura 4: Relação entre a abertura de áreas para cultivo no Centro-Oeste brasileiro com as vendas de máquinas agrícolas e a elevação dos preços internacionais da soja a partir de 1996.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA e ANFAVEA. (a): Período, a partir de 1996, que compreende a elevação dos preços internacionais da soja.

A Figura 4 destaca a relação da abertura anual de áreas para cultivo no Centro-Oeste brasileiro com a venda de máquinas agrícolas a partir da elevação internacional dos preços da soja em 1996. Com relação a forte abertura de áreas, ela acaba por consolidar o movimento de ocupação do território nacional. A aspiração de ocupação territorial no Brasil tem uma história longa, onde sua expressão tomou forma durante o regime militar. Nesse sentido,

conforme o artigo de política agrícola (1999, p. 51), embora o processo de ocupação apresente muitos símbolos como a construção de Brasília, a construção da estrada Transamazônica e a política de crescimento populacional, a abertura do cerrado para produção de soja é outra fase dessa aspiração. Uma variedade de políticas governamentais brasileiras e programas específicos esforçaram-se em fomentar a produção de soja nos cerrados, consolidando a soja como o grande motor do crescimento demográfico e econômico dos cerrados.

Ainda, com fundamento nas relações da Figura 4, é possível afirmar que o processo de internacionalização da agricultura apresentou como fator determinante para sua consolidação a importação de soja chinesa. Assim, entende-se que esse movimento acelerou os preços internacionais da soja, o que provocou uma aceleração na abertura de áreas agricultáveis e na demanda de tecnologia e bens de capital através do consumo de máquinas agrícolas. Dessa maneira, de acordo com os estudos apresentados, consolida-se a relação de que a agricultura responde a preços. O processo de internacionalização da agricultura deu-se através da melhora dos preços para o agricultor, que foram responsáveis por acelerar o processo de interiorização brasileiro, por auxiliar o movimento de ocupação do território brasileiro e por reanimar a indústria de bens de capital para o setor primário.

Conclusão

Em linhas gerais, constatou-se que os determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira estão relacionados com os preços recebidos pelo produtor, que, no caso da cultura de soja, são derivados principalmente dos preços internacionais da soja e da taxa de câmbio brasileira. Os preços internacionais da cultura de soja são estabelecidos pela oferta e demanda do produto, enquanto a taxa de câmbio, a partir de 1999, estabelecida com flutuante, é formada a partir da oferta e da demanda de moeda estrangeira. Ainda, esses elementos iniciam seu movimento de convergência que resulta com a elevação do preço recebido pelo produtor brasileiro a partir de 1995/96 e alcança seu momento de maior relação em janeiro de 1999, com a liberação da taxa de câmbio brasileira. Nesse momento, a taxa de câmbio passou por uma considerável desvalorização, o que elevou os preços da soja para o produtor brasileiro.

É a combinação desses dois fatores necessários que se apresentam como determinantes para a efetivação do processo de internacionalização da agricultura brasileira. Todavia, embora apresente-se a elevação dos preços internacionais e a desvalorização do câmbio e,

consequentemente, dos preços finais ao produtor como fatores determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira, convém referir que o resultado afirmativo para o crescimento e a sustentação da produção de soja no Brasil foi, também, uma resposta aos preços reagentes devido às consideráveis mudanças da demanda mundial por produtos derivados da soja. Isso, por sua vez, não representa uma simplificação da cadeia de eventos.

Ainda, nesse contexto, deve-se destacar a velocidade de resposta oferecida pelos produtores brasileiros frente a melhora de preços e de renda. A resposta rápida da agricultura brasileira, em termos de ampliação de área para cultivo e de elevação da produção e produtividade, relacionou-se aos incentivos, à estrutura e às políticas agrícolas. Esses incentivos caracterizaram-se como elementos necessários ao processo de internacionalização. Entretanto, eles não foram suficientes para iniciá-lo. Importa mencionar que essa constatação cristalizou-se com a observação de que a região com maior abertura de área de cultivo foi a região centro-oeste (cerrado). Sem a criação de um pacote tecnológico para a produção nos cerrados, a abertura de áreas na região não aconteceria com a mesma velocidade. Porém, sem a demanda chinesa, responsável por elevar os preços internacionais, não havia motivação para a ampliação da produção nos cerrados. Logo, a criação de pacotes tecnológicos são entendidos como elementos necessários para o processo de internacionalização, porém não suficientes sem a entrada chinesa no mercado internacional (o que ocorreu entre 1995/96) e seus impactos sobre a renda e os preços recebidos pelo produtor brasileiro.

Também, é necessário destacar algumas considerações sobre o diálogo de fontes. O objetivo da análise de séries nesta pesquisa passou por perceber tanto as permanências como as oscilações e variações (dentro em uma determinada sequência de tempo) do comportamento dos agentes sobre a produção e ocupação do espaço. Sem o diálogo com a fonte estatística, seria mais trabalhoso e menos preciso o processo de indicação temporal dos pontos de ruptura da conjuntura que envolveu a agricultura brasileira e sua internacionalização. Assim, demonstrou-se que é possível estabelecer uma metodologia de trabalho na qual a História Regional pode trabalhar relacionada a um conceito estatístico adequado. Esse novo conceito aborda o tratamento dos documentos ou das fontes históricas não mais em uma perspectiva singular. A partir de então, o tratamento levaria o pesquisador a abordar os documentos como partes constituintes de uma grande cadeia de fontes comparáveis e que permitem uma "abordagem de conjunto" através da quantificação, da análise tópica, da identificação de recorrências ou mudanças de padrão no decorrer da série de

mesmo tipo.

Portanto, através da metodologia desenvolvida, é possível definir com precisão a temporalidade na qual a inserção internacional da agricultura tomou forma e verificar os impactos da transição de conjunturas para o período decorrido após o ano de 1995/96. Ainda, a metodologia utilizada para que se compreenda como se deu a internacionalização da agricultura brasileira obteve sucesso em retratar os fatores determinantes para o processo. Também, verificou-se que a discussão demonstrou o impacto da transição de conjunturas sobre o papel do Estado brasileiro na economia e na agricultura, passando a sua função de um agente encarregado de ditar a dinâmica de crescimento para o setor privado e o livre mercado. Dessa maneira, é possível concluir que a década de 1990 consolida uma nova relação do Estado brasileiro com a agricultura.

Aqui se encerra a pesquisa, mas não o esgotamento do tema e nem a história do processo em questão. As permanências dos segmentos ligados à conjuntura anterior estão conflitando com o modelo atual. Embora o Estado tenha se afastado da agricultura, alguns segmentos ainda ficaram sob sua tutela, permanecendo dentro da conjuntura anterior a internacionalização da agricultura. As cartas agrícolas publicadas nos periódicos descrevem que a organização de produtores carentes, a regularização fundiária e a extensão rural para pequenos produtores permaneceriam sobre a tutela do Estado. É possível concluir, então, que os desdobramentos ocorridos, os conflitos dos movimentos sociais (a cargo do setor público) com a agricultura "internacionalizada" (a cargo do setor privado) refletem a incapacidade do governo em desenvolver as questões que ficaram sob sua tutela. Uma compreensão profunda sobre essa questão demanda uma nova rodada de estudos, pois para sua construção é preciso conhecer como as evoluções dos segmentos ocorreram ao longo do processo de internacionalização.

Referências bibliográficas

ALVES, E. R. de A.; CONTINI, E. *Progresso tecnológico e desenvolvimento da agricultura brasileira*. In: YEGANIANZ, L. Pesquisa agropecuária, questionamentos, consolidação e perspectivas. Brasília, DF: EMBRAPA-DPU, 1988.

BACEN. *Banco Central do Brasil*. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

BARROS, G.S.C.; ARAÚJO, P.F.C. *Oferta e demanda de crédito rural no Brasil: algumas evidências empíricas sobre seus determinantes*. Piracicaba. CEPEA. 1991

BARROS, G.S.C; FURTUOSO, M.C.; GUILHOT, J .J.M. *O agronegócio na economia brasileira. 1994 a 1999*. Piracicaba: Esalq/Cepea. Brasília, 2001.

COELHO, Carlos Nayro. *70 anos de Política Agrícola (1931-2001)*. Edição Especial - Revista de Política Agrícola. Brasília, DF, 2001.

COELHO, Carlos Nayro (Ed.). Agricultura e Políticas Macroeconômicas de Combate à Inflação. *Revista de Política Agrícola*, Brasília-DF, v. 1, n. 1, p.14-15, 15 jan. 1992. Trimestral.

FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *FAOSTAT*, 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

IBGE. São Paulo: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

IPEA. São Paulo: *Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada*. Disponível em: <<http://www.ipeia.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

MAIA, Sinézio Fernandes; LIMA, Ricardo Chaves De. *Abertura econômica Brasileira e Seu Impacto Sobre as Exportações Agrícolas: Abordagem de Mundell-Fleming Usando Auto-regressão Vetorial*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, n. 32, p.822-841, nov. 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, (Elísio Contini, Editor). *Carta da agricultura: Perspectivas de recuperação das Safras Agrícolas*. Revista de Política Agrícola, Brasília-DF, ano 1, n. 1, jan. 1992. Bimestral.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, (Elísio Contini, Editor). *Carta da agricultura: perspectiva de comercialização da safra 1991/92*. Revista de Política Agrícola, Brasília-df, ano 1, n. 2, abr. 1992. Bimestral.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, (Elísio Contini, Editor). *Carta da agricultura: Avanços na Política Agrícola e a Safra 1992/93*. Revista de Política Agrícola, Brasília-DF, ano 1, n. 3, jul. 1992. Bimestral.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, (Elísio Contini, Editor). *Carta da agricultura: a abertura econômica e a agricultura*. Revista de Política Agrícola, Brasília-DF, ano 1, n. 4, set. 1992. Bimestral.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, (Elísio Contini, Editor). *Carta da agricultura*. Revista de Política Agrícola, Brasília-DF, ano 2, n. 2, abr. 1993. Bimestral.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, (Elísio Contini, Editor). *Carta da agricultura*. Revista de Política Agrícola, Brasília-DF, ano 2, n. 3, jul. 1993. BIMESTRAL.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, SECEX. *Exportação Brasileira - MT: Principais produtos exportados*. 2005. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

SCHUH, Edward. *A Agricultura no Brasil: Política, Modernização e Desenvolvimento Econômico*. Revista de Política Agrícola, Brasília-DF, v. 6, n. 2, p.15-21, 01 abr. 1997. Bimestral.

ⁱ Nesse sentido, é possível observar os relatos contidos na Revista de Política Agrícola n.º 02 de 1997. Também, o artigo intitulado "Agricultura no Brasil: Política, Modernização e Desenvolvimento Econômico", do autor G. Edward Schuh, na página 18, retrata os significativos investimentos em pesquisa agrícola ocorridos no Brasil já no início da década de 70.